



Cadê a **educação** nas eleições 2022?



ANPED PELA EDUCAÇÃO **PÚBLICA**, GRATUITA,
LAICA, DEMOCRÁTICA, **PLURAL**, INCLUSIVA E DE
QUALIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA

*Nesse momento crucial,
em que o país vai às
urnas, a ANPEd
apresenta à sociedade
as pautas essenciais
para reverter o
desmonte da educação*

Posicionamento da ANPEd em defesa da Democracia, da Educação, da Ciência e pela transformação do país

Este documento apresenta uma síntese das contribuições das/es/os associadas/es/os recebidas por meio dos Grupos de Trabalho (GT) que constituem a Associação e de Seminários Temáticos promovidos pela associação no ano de 2022. Trata-se de um posicionamento em defesa da Democracia, da Educação, da Ciência e pela transformação do país, que se mostra central, especialmente no período de escolha das/es/os representantes para instâncias legislativas e executivas do país.

Nos últimos anos, especialmente a partir de 2016, quando ocorreu o golpe parlamentar, observamos o contínuo ataque à democracia e às instituições que a representam no Brasil, com galopante desmonte do Estado Democrático de Direito por meio de políticas que favorecem grupos dominantes e ampliam as desigualdades sociais. A Educação, setor central para a construção da democracia, nunca esteve tão ameaçada, com avultados cortes de recursos, a desvalorização das/es/os profissionais, reformas que descaracterizam as finalidades da Educação, previstas na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, o desrespeito à autonomia universitária e a disseminação de falsas informações que pregam o descrédito à ciência, apenas para citar algumas das ações deste fatídico governo.

Assim, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) se posiciona a favor:

- do fortalecimento da Educação pública, gratuita, laica, democrática, plural, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada;
- do resgate das metas e das estratégias do Plano Nacional de Educação 2014-2024 e a sua submissão à ampla avaliação e atualização com base nos princípios constitucionais do direito à educação, do combate às desigualdades e da garantia da qualidade, do acesso, da permanência e da conclusão da educação para todas/es/os;



Posicionamento da ANPEd em defesa da Democracia, da Educação, da Ciência e pela transformação do país

- da recomposição do Conselho Nacional de Educação de forma democrática e com todas as representações da sociedade, instituições públicas, universidades, institutos federais e fóruns da área;
- da revogação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC teve o propósito de submeter as escolas ao controle absoluto e às imposições das avaliações em larga escala, ancoradas no modelo de competências. A lógica privatista de precarização e descaso com a formação ganha papel emblemático com a normalização da oferta da modalidade de Educação à Distância (EaD), tanto no Ensino Médio como em cursos de licenciatura, sem os cuidados necessários com a preservação da qualidade, orientada pela plataformização da docência, com suas aulas prontas e gestão algorítmica de avaliação e controle do trabalho docente;
- da revogação da Reforma do Ensino Médio e do conjunto das normatizações que a ela se sucedem. É fundamental que o/a próximo/a presidente/a da República comprometa-se com o preceito constitucional que afirma a educação como direito social e com um projeto de educação nacional pública, gratuita, laica, com gestão democrática e, portanto, com a revogação da legislação de caráter privatista, preconceituoso e antidemocrático;
- da revogação da Base Nacional Curricular (BNC-Formação) (Resolução CNE/CP nº 02/2019), destacando que tal política curricular: a) restringe os saberes da docência às competências emanadas de uma perspectiva utilitarista de formação profissional; b) desqualifica os cursos de licenciatura como locus de formação de professores/as conscientes da complexidade do seu objeto de trabalho; c) desqualifica o ensino, na relação com diferentes aspectos históricos, políticos, sociais, pedagógicos e didáticos que o configuram como prática social; d) impõe à Didática um ethos prescritivo, que dissocia a tomada de decisão metodológica relativa ao trabalho docente da sua inexorável relação com a compreensão das finalidades sociais da educação escolar, representando um refluxo no debate construído nacionalmente sobre o caráter teórico-prático da Didática;

Posicionamento da ANPEd em defesa da Democracia, da Educação, da Ciência e pela transformação do país

- e) a verticalização curricular, implícita na relação entre BNCC, BNC-Formação e projetos curriculares de cursos de licenciaturas, representa a instrumentalização da formação de professores/as por pautas mercadológicas que esvaziam o sentido do trabalho docente como prática profissional complexa, contextualizada, teoricamente estruturada e guiada por um comprometimento ético-político com a justiça social; f) reflete interesses organizadores de agendas políticas transnacionais, cujo propósito se expressa na conversão da educação em mecanismo de formação de capital humano, segundo competências e habilidades com valor econômico agregado;
- da revogação da Resolução CNE/CEB nº 01/21, que estabelece as diretrizes operacionais da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), no que concerne a seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à BNCC;
 - da revogação do Decreto Nº 10.502/2020 (nova Política Nacional de Educação Especial) que se encontra suspenso em caráter liminar pelo STF;
 - da revogação, caso seja aprovado pelo Senado, do PL 3179/2012, que autoriza o *homeschooling*;
 - da ampliação dos espaços de debate e problematização das implicações da Resolução 02/2019 na configuração dos cursos, na experiência formativa dos/as futuros/as professores/as, na organização das Faculdades e Centros de Educação, e na constituição do campo dos saberes pedagógicos e didáticos associados à formação para o magistério na Educação Básica;
 - do resgate e aprofundamento do compromisso com a formação de professoras/es e avançar no que se refere às condições em que se realiza o trabalho docente e a sua valorização;
 - do pagamento do piso salarial nacional em todo o território nacional. Os municípios impossibilitados de fazê-lo devem receber cotas federais necessárias para isto;

Posicionamento da ANPEd em defesa da Democracia, da Educação, da Ciência e pela transformação do país

- da consideração, para fins de aposentadoria, triênio e quinquênio, o tempo de serviço nos anos da pandemia, que exigiram muito dos docentes;
- da concepção de criança como um ser humano completo, que necessita de plenas condições para criar, conhecer e participar da vida social, devendo gozar de todos seus direitos como cidadã;
- da assunção da Educação Infantil como um direito da criança e de sua família, habitantes dos mais variados territórios, sendo dever do Estado a garantia de sua oferta a toda população infantil, sem critérios de seleção, conforme as determinações exaradas por lei (BRASIL, 1988; 1990; 1996; 2013; 2009; 2014);
- da garantia de políticas públicas para a Educação Infantil que estejam em consonância aos Direitos Humanos, ao princípio da igualdade e ao combate à todas as formas de discriminação e preconceito: étnico-racial, de gênero, de diversidade sexual, de classe social e geracional, dentre outros;
- do compromisso em reverter a situação atual da população brasileira em cuja estatística consta um percentual de 61% de crianças e adolescentes vivendo em situação domiciliar de pobreza, sendo majoritariamente crianças negras e indígenas;
- do fortalecimento do regime de colaboração entre municípios, estados e União para promover e consolidar os direitos sociais de todas/es/os as/es/os brasileiras/es/os, desde o início da vida, com financiamento público para instituições públicas e supressão da política de *vouchers*, de modo a garantir educação, saúde, assistência, cultura, dentre outros direitos;
- da constituição urgente de uma agenda comum, mediante articulação e planejamento estratégico intermunicipal, estadual e nacional, de redes intersetoriais, os quais devem ter por princípio a democratização do acesso e permanência, com qualidade social, das crianças e suas famílias à primeira etapa da educação;

Posicionamento da ANPEd em defesa da Democracia, da Educação, da Ciência e pela transformação do país

- da garantia do tratamento igualitário às crianças e suas famílias, quanto ao acesso e permanência em instituições de Educação Infantil de qualidade socialmente referenciada, garantindo o financiamento público exclusivamente para as instituições públicas;
- da garantia da aplicação dos recursos públicos para manutenção e ampliação de creches e pré-escolas públicas responsabilizando-se pelo atendimento adequado à população de crianças de zero até seis anos de idade;
- da oferta da Educação Infantil em período integral, com condições adequadas de infraestrutura física e material, de acordo com os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006);
- da garantia da segurança alimentar necessária a todas as crianças e suas famílias;
- de condições de pleno desenvolvimento das crianças de zero a seis anos nas instituições de Educação Infantil, mediante provimento das condições materiais que estimulem a criatividade, a invenção, a ludicidade, a plasticidade;
- da realização de concurso público para professoras/es da Educação Infantil, com exigência mínima de formação em nível superior em cursos de Pedagogia, e para profissionais que ocupam cargos administrativos e de serviços gerais em conformidade com a Constituição Federal;
- da garantia de formação inicial e continuada, gratuitas, oferecidas por instituições públicas de ensino superior, para as/os professoras/es e gestoras/es de Educação Infantil;
- da imediata retomada e ampliação das Políticas Sociais destinadas ao fortalecimento e garantia dos direitos das crianças de zero a seis anos;
- da garantia de políticas de assistência estudantil aos jovens do Ensino Médio e do Ensino Superior;
- do fortalecimento de ações de luta contra o trabalho ilegal de crianças e adolescentes;

Posicionamento da ANPEd em defesa da Democracia, da Educação, da Ciência e pela transformação do país

- da revisão, ampliação e potencialização dos contratos de aprendizagem como inserção protegida no mercado de trabalho;
- da inclusão da juventude nas medidas de proteção no trabalho, como revisão do tempo mínimo para recebimento do seguro desemprego;
- do combate à precariedade do trabalho que também inclua os/as jovens, principalmente aqueles/as que trabalham nas áreas de novas tecnologias;
- do apoio à inserção de jovens em iniciativas relacionadas ao fomento da economia popular e solidária, articulada com a plena inserção no sistema público de seguridade social;
- da integração das políticas de garantia dos direitos no trabalho às políticas de cuidados, especialmente para mulheres jovens com filhos pequenos, buscando avançar em mecanismos que permitam a conciliação entre estudos, trabalho e vida familiar;
- da institucionalização da modalidade EJA inserida na estrutura do Ministério da Educação (MEC), considerando os avanços conquistados quando a mesma foi incorporada à organização político-administrativa do MEC, com desdobramentos que qualificaram ações na formação de professores e em políticas didático-pedagógicas;
- do financiamento específico para a modalidade EJA no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB);
- do aumento dos investimentos na Educação Básica, assim como em ciência e tecnologia;
- da retomada do investimento no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que tem se descaracterizado por meio do desmonte gradativo da estrutura existente no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
- da recomposição do orçamento das universidades federais, institutos federais e centros federais de educação tecnológica que têm sofrido cada vez mais com os cortes que podem, inclusive, inviabilizar seu funcionamento;



Posicionamento da ANPEd em defesa da Democracia, da Educação, da Ciência e pela transformação do país

- do aumento do número de bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado, pós-doutorado e formação de professores/as, assim como a atualização de seus valores;
- do combate ao capacitismo estrutural e à discriminação do público da Educação Especial;
- da adoção de políticas e ações afirmativas destinadas à participação de pessoas com deficiência nos editais do CNPq, CAPES e outros;
- da descontinuação do processo de militarização das escolas;
- da garantia e fortalecimento da participação das/es/os estudantes nos processos educativos (nos espaços de representação, gestão escolar, construção do currículo e composição das atividades formativas);
- do combate à medicalização dos problemas no processo de ensino e aprendizagem escolar;
- do fortalecimento de pesquisas que tenham como tema/objeto de estudo a crítica de políticas, projetos e programas que retomam concepções a-históricas de indivíduo, contribuindo para o recrudescimento de explicações racistas/higienistas que repõem processos educacionais já fortemente criticados, como a educação compensatória, por exemplo;
- do fortalecimento da escola pública e da atuação docente com base em aportes psicológicos criticamente orientados;
- do fortalecimento da escola como espaço democrático e aberto às mobilizações sociais;
- das contribuições da Psicologia da Educação para o retorno das atividades presenciais nas escolas, considerando o aumento de incidência de sofrimento psíquico como consequência da pandemia de Covid-19 e das medidas de distanciamento social, colaborando para identificar e enfrentar questões de aprendizagem, dos desafios para a permanência na escola, de convivência e questões relacionadas à violência e inclusão;
- do fortalecimento da relação Educação Básica-Universidade Pública;
- da promoção de ações de conexão cultura e escola (a exemplo dos Pontos de Cultura);



Posicionamento da ANPEd em defesa da Democracia, da Educação, da Ciência e pela transformação do país

- da crítica ao empreendedorismo e processo de (de)formação das subjetividades;
- da recomposição de secretarias extintas que planejem, fomentem e executem políticas educacionais de reconhecimento da pluralidade cultural brasileira e enfrentamento ao racismo, LGBTIfobia, sexismo, ouvintismo, capacitismo e extermínio dos povos indígenas e juventudes negras, retomem as políticas de igualdade racial já aprovadas e ampliem as políticas para imigrantes e refugiadas/es/os;
- da garantia da destinação orçamentária às Políticas de Ações Afirmativas e Formação Inicial e Continuada para a diversidade em todos os ciclos e modalidades de ensino, garantindo a especificidade da população negra, dos povos quilombolas e indígenas;
- da execução de políticas específicas para crianças, jovens e adultos no compromisso inequívoco para com a erradicação do racismo;
- do incentivo e fomento às práticas antirracistas na Educação Básica, mediante investimento na pesquisa e construção de conhecimentos e recursos didáticos;
- da (re)inclusão, (re)afirmação, reforço e avanço das temáticas de gênero-sexualidade na pesquisa, na política educacional em todos os níveis e etapas do ensino, e na formação docente;
- da garantia dos princípios da igualdade social, da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade em todos os níveis e modalidades da Educação Escolar Indígena;
- de debates e ações sobre a emergência climática;
- do desenvolvimento de ações, a partir dos impactos climáticos, sobre as populações negra, do campo, povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e demais povos tradicionais;
- do debate acerca das fragilidades da Educação Ambiental nas Políticas Públicas em vigor;
- - de ações de fomento para a ocupação dos espaços públicos: cidade como espaço educador;

Posicionamento da ANPEd em defesa da Democracia, da Educação, da Ciência e pela transformação do país

- da aplicação da Lei 14.172, votada no congresso, para compra de dispositivos de comunicação e instalação de redes de internet em todo o território nacional, disponíveis a todas/os/es docentes e discentes do país;
- de políticas de enfrentamento ao fechamento das escolas do campo brasileiras;
- de políticas de financiamento da formação inicial e continuada de professores/as do campo, com base na Política de Educação do Campo (BRASIL, 2010);
- da política de expansão da oferta de Ensino Médio no campo, preferencialmente na forma integrada à Educação Profissional;
- de Políticas Públicas Educacionais para a Alfabetização de Jovens e Adultos do Campo;
- do respeito à democracia e à escolha dos/as reitores/as pelas universidades e à liberdade de concepções pedagógicas e de ensino;
- de uma política qualitativa de avaliação da pós-graduação;

A ANPEd, posiciona-se ainda, contrária:

- aos retrocessos no que tange aos direitos sociais conquistados e à democracia brasileira, que atinge a Educação Básica e o Ensino Superior, como as consequências provocadas pelas reformas trabalhista e previdenciária e a Emenda Constitucional nº 95/2016. Elemento que conecta tais reformas às da esfera educacional corresponde à controversa relação entre os entes públicos e privados na formulação e execução de políticas públicas, que aceleraram a ingerência de fundações e associações ligadas às empresas do sistema financeiro, da indústria e do comércio na formulação e implementação das políticas educacionais alinhadas à ideologia neoliberal do empreendedorismo. São exemplos dessas políticas as reformas do Ensino Médio e da Educação Profissional, que reforçam o caráter dual do sistema escolar, sua segmentação e a indução dos jovens das escolas públicas a uma formação técnica precarizada;



Posicionamento da ANPEd em defesa da Democracia, da Educação, da Ciência e pela transformação do país

aos ataques que a educação brasileira vem sofrendo, apontados como retrocessos que destroem a democracia e que se sustentam no conservadorismo, fundamentalismo e fascismos de toda ordem. Exemplificam esses ataques pela: aprovação no Congresso Nacional do PL 3.179/2012 (educação domiciliar); discussão sobre a cobrança de mensalidade nas universidades públicas; diversas formas de privatização da educação em trâmite por meio de projetos, parcerias público-privadas e pelo empresariamento da educação; falta de autonomia das escolas e universidades na condução do seu trabalho pedagógico, diante da implementação da BNCC e da BNC-Formação.

ANPEd
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Setembro/2022



Cadê a **educação** nas eleições 2022?

ANPED PELA EDUCAÇÃO **PÚBLICA**, GRATUITA, **LAICA**,
DEMOCRÁTICA, **PLURAL**, INCLUSIVA E DE **QUALIDADE**
SOCIALMENTE REFERENCIADA

